

PROVA OBJETIVA
(CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS)

1. Em relação à Lei nº 11.788/2008 – Lei do Estágio de Estudantes assinale a alternativa CORRETA:

a) A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 8 (oito) horas diárias e não ultrapassar 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

b) A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, caracteriza vínculo empregatício.

c) O recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, não deverá ser remunerado, ainda quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

d) A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá ser inferior a dois anos.

e) A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

2. Acerca do procedimento especial dos Juizados Especiais Cíveis, regulado pela Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa CORRETA:

a) Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

b) A citação far-se-á por edital, por correspondência, e sendo necessário, por oficial de justiça.

c) Admite a reconvenção, a ser apresentada no prazo da contestação.

d) Da sentença, caberá recurso de agravo para o próprio Juizado.

e) O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da sentença.

3. Analise as assertivas acerca dos Juizados Especiais Cíveis e assinale a INCORRETA:

a) Caberá, da sentença, recurso inominado, cujo preparo deverá ser realizado em 48 (quarenta e oito) horas da interposição, sob pena de deserção.

b) Ocorre a revelia na hipótese em que o réu comparece à sessão de conciliação e à audiência de instrução e julgamento, mas deixa de apresentar a contestação no prazo legal.

c) São cabíveis embargos de declaração contra sentença ou acórdão, admitida a correção dos erros materiais de ofício.

d) O não comparecimento do autor a qualquer das audiências do processo é causa de extinção do processo.

e) Não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

4. No que tange aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 12.153/2009, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

a) Não podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.

b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Nas causas processadas no Juizado Especial da Fazenda Pública é obrigatório o reexame necessário.

d) É admitida a interposição de recursos, exceto o recurso extraordinário.

e) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

5. Acerca da responsabilidade por vício do produto e do serviço, assinale a afirmativa CORRETA:

a) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a restituição em dobro da quantia paga.

b) É subsidiária a responsabilidade do fornecedor e fabricante do produto com vício.

c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis e não duráveis.

d) O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor.

e) No caso de vícios ocultos, o prazo para reclamar começa no momento em que ficar evidenciado o defeito, não havendo qualquer hipótese para suspensão ou interrupção do referido prazo.

6. Susan adquiriu um celular em uma loja de departamentos, oportunidade em que contratou ainda um seguro de garantia estendida pelo prazo de 2 (dois) anos, cujo valor deste último foi embutido na compra. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a loja de departamentos:

a) Agiu nos limites da legalidade, considerando o prazo de garantia legal de 90 (noventa) dias, tratando-se o aparelho celular de produto durável, ao qual tem o dever de adicionar a garantia estendida.

b) Agiu nos limites da legalidade, considerando o prazo de garantia legal de 60 (sessenta) dias, tratando-se o aparelho celular de produto durável, ao qual tem o dever de adicionar a garantia estendida.

c) Incorreu em prática abusiva, ao condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço.

d) Incorreu em prática abusiva, ao deixar de embutir o valor da garantia estendida no preço do próprio produto.

e) Agiu nos limites da legalidade, considerando o prazo de garantia legal de 30 (trinta) dias, tratando-se o aparelho celular de produto não-durável, ao qual tem o dever de adicionar a garantia estendida.

7. Assinale a alternativa que representa entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) As instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

b) A comunicação ao consumidor sobre a inscrição de seu nome nos registros de proteção ao crédito constitui obrigação tanto do órgão responsável pela manutenção do cadastro quanto do credor.

c) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data da citação.

d) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco

anos, independentemente da prescrição da execução.

e) Constitui prática comercial admitida o envio de cartão de crédito sem prévia solicitação do consumidor, desde que condicionada a cobrança de anuidade ao desbloqueio da cártula pelo titular.

8. Em 5 de março de 2021, Spencer foi até uma loja e adquiriu um televisor, que ficou, desde então, guardado em sua residência. Quando Spencer retirou o aparelho da caixa, em 20 de junho de 2021, percebeu que a tela estava trincada. Em 21 de junho de 2021, formulou reclamação formal ao fornecedor. Em 25 de junho de 2021 o fornecedor respondeu à reclamação, com a negativa de reparação do produto por decadência do direito. Nesse caso, a justificativa do fornecedor deve ser:

a) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 5 de junho de 2021.

b) Ilegal, pois a decadência foi obstada pela reclamação feita ao fornecedor.

c) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 5 de abril de 2021.

d) Ilegal, pois a decadência somente é obstada pelo ajuizamento de ação judicial, o que ainda não ocorreu.

e) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 5 de maio de 2021.

9. Acerca das relações de consumo, o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento:

a) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

c) Nos contratos bancários, é lícito ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

d) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável a todas as espécies de contratos de cartão de crédito.

e) Incumbe ao devedor a exclusão do registro da dívida em seu nome no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

e) É indispensável a citação formal do réu, ainda que ocorra o comparecimento espontâneo.

10. Assinale a alternativa CORRETA, acerca do Juizado Especial Cível:

a) A extinção do processo dependerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

b) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

c) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

d) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.